



Relatório da Estrutura de Gerenciamento Contínuo de Riscos e Capital - Pilar 3

31 de Dezembro 2025



Sumário

Introdução	3
OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos do Grupo	3
CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito	10
CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito	11
CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)	12
SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização	13
LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez	14
MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado	15
IRRBB: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB	16
LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial	17
REMA: Política de remuneração	17
ORA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco operacional	18
Outros riscos relevantes	18
Risco de Tecnologia da Informação ("TI")	18
Risco de Conformidade (Compliance)	19
Risco Reputacional	20
Risco País e Risco de Transferência	20
Risco Social, Ambiental e Climático	20
Risco de Modelo	21

Introdução

O objetivo deste relatório é a divulgação da estrutura de gerenciamento contínuo de riscos e de capital das empresas do Conglomerado Prudencial Nubank no Brasil (denominado simplesmente como "Nubank" neste documento ou "Grupo") sediadas no Brasil, de acordo com as Resoluções BCB nº 265, de 25 de novembro de 2022, e com a Resolução BCB nº 54, de 16 de dezembro de 2020.

O presente relatório foi elaborado em conformidade com a Política de Divulgação de Informações Prudenciais da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e de Capital, que trata sobre as diretrizes, responsabilidades e controles relacionados à divulgação de informações que evidenciam o cumprimento dos requisitos prudenciais pelo Conglomerado Prudencial Nubank, de acordo com as leis, regulamentos e regras internas vigentes, em particular as Resoluções BCB 265/2022 e BCB 54/2020.

OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos do Grupo

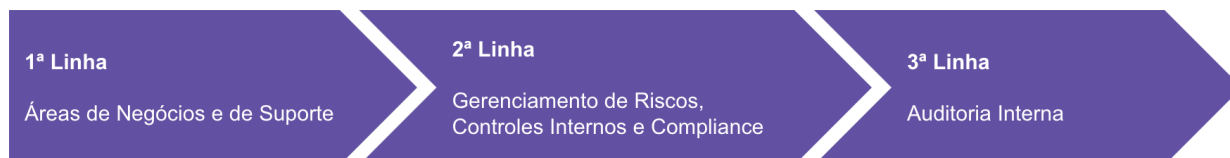
Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Nubank considera a Gestão de Riscos um importante pilar da gestão estratégica da organização. A estrutura de gerenciamento de riscos permeia de forma ampla todo o Grupo, permitindo que os riscos sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, visando suportar o desenvolvimento de suas atividades. A Gestão de Riscos está relacionada aos princípios, cultura, estruturas e processos para aprimorar o processo decisório e o alcance dos objetivos estratégicos. É um processo contínuo e em desenvolvimento que percorre toda a estratégia do Nubank e sua implementação, para apoiar a administração a minimizar suas perdas, bem como maximizar seus lucros e proteger os valores da companhia.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Nubank considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de riscos está alinhado às diretrizes da administração, que, com apoio e assessoramento de comitês e fóruns técnicos internos, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O Nubank considera que uma declaração de apetite a riscos - "RAS" (*Risk Appetite Statement*) é um instrumento essencial para apoiar o adequado gerenciamento de riscos da companhia, bem como direcionar a tomada de decisão. Portanto, seu desenvolvimento está alinhado ao plano de negócios, desenvolvimento da estratégia e capital. O Nubank, seguindo os processos internos de governança, definiu uma RAS que prioriza os principais riscos, incluindo declarações qualitativas e métricas quantitativas.

O Nubank opera no modelo de três linhas, o qual auxilia a identificar estruturas e processos que melhor suportam a realização dos objetivos e facilitam a ter uma estrutura robusta de governança e gestão de risco.



Primeira Linha: áreas de negócio e de suporte ou atividades que geram exposição a riscos. Esses riscos devem ser geridos pelas áreas/executivos responsáveis de acordo com políticas, limites e demais condições definidas e aprovadas pela Diretoria. A primeira linha deve dispor dos meios para identificar, medir, tratar e reportar os riscos.

Segunda Linha: constituída pelas áreas de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance. Zela pelo controle efetivo dos riscos e assegura que eles sejam geridos de acordo com o nível de apetite definido pela Diretoria. Responsável pela proposição de políticas de gestão de riscos, metodologias de riscos, estabelecimento de limites e supervisão da primeira linha.

Terceira Linha: composta pela Auditoria Interna, é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se políticas, métodos e procedimentos são adequados, além de verificar a sua efetiva implementação.

Governança

A governança de gerenciamento de riscos e capital permeia diversos níveis dentro do Nubank, sendo a Diretoria responsável por estabelecer diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e de capital.

Descrevemos abaixo as atribuições de cada um dos componentes da estrutura de gerenciamento de riscos e capital.

Diretoria

Órgão estatutário que possui, conforme previsto no Estatuto Social, amplos poderes para administrar a Companhia e para realizar todos os atos e operações relacionadas ao objeto social, observando as disposições previstas no Estatuto Social da companhia, que descreve as matérias que há previsão expressa de deliberação pela Assembleia Geral. Ainda, compete à Diretoria no gerenciamento geral de riscos, dentre suas demais atribuições, a aprovação, implementação e revisão de estruturas, políticas e relatórios da Companhia sobre (i) governança e controles internos; (ii) a prevenção aos crimes de que trata a Lei nº 9.613,

de 3 de março de 1998; (iii) o gerenciamento de riscos e capital; e (iv) a conformidade das informações prudenciais divulgadas em relação às informações constantes dos relatórios gerenciais regulatórios.

A Diretoria possui caráter decisório, sendo responsável por decidir os assuntos relacionados à administração dos negócios da Companhia e das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial Nubank no Brasil, incluindo suporte operacional, recursos humanos, alocação de capital, e projetos relevantes nas áreas de tecnologia, infraestrutura e serviços.

A Diretoria é composta pelo Diretor Presidente, pelos Diretores Vice-Presidentes e pelos Diretores.

Dentre suas responsabilidades, destacam-se:

- Estabelecer as funções e responsabilidades inerentes à estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital;
- Para fins do gerenciamento de riscos e do gerenciamento de capital, fixar os níveis de apetite por riscos na RAS e revisá-los, com o auxílio do CRO e do Comitê de Riscos;
- Aprovar e revisar com periodicidade mínima anual:
 - as políticas, estratégias e os limites de gerenciamento de riscos;
 - as políticas e as estratégias de gerenciamento de capital;
 - o programa de testes de estresse;
 - as políticas para a gestão de continuidade de negócios;
 - a política de divulgação de informações;
 - o plano de contingência de liquidez; e
 - o plano de capital;
 - o plano de contingência de capital;
 - a política de classificação de operações na carteira de negociação;
- Assegurar a aderência às políticas, às estratégias e aos limites de gerenciamento de riscos, garantindo efetiva disseminação em todas as esferas da Companhia;
- Assegurar a correção tempestiva das deficiências da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital;
- Aprovar alterações significativas nas políticas, estratégias, bem como em sistemas, rotinas e procedimentos, em decorrência de riscos;
- Autorizar, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS;
- Promover a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na Companhia;

- Assegurar recursos adequados e suficientes para o exercício das atividades de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, de forma independente, objetiva e efetiva;
- Assegurar que a estrutura remuneratória adotada não incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente e definido nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo Grupo;
- Assegurar a existência de níveis adequados e suficientes de capital e de liquidez;
- Conduzir, em conformidade com as políticas e estratégias do Nubank, as atividades que impliquem a assunção de riscos;
- Aprovar as propostas de reclassificação de instrumentos entre carteira de negociação e bancária;
- Promover o gerenciamento e manter-se informado sobre os riscos mais importantes que a organização enfrenta com o objetivo de possibilitar a avaliação da exposição aos riscos e tomar decisões em conformidade com a definição de apetite e tolerância a riscos do Grupo e autorizar a liquidação de ativo ou limitação de linhas de negócio na vigência de crises de liquidez;
- Indicar as diretrizes a serem seguidas no programa de testes de estresse e aprovando os cenários, quando utilizada a metodologia de análise de cenários; e
- Nomear, avaliar o desempenho e destituir o CRO, observada a regulamentações aplicáveis.

Comitê de Riscos

- O Comitê de Riscos é um órgão não estatutário, de caráter permanente e consultivo que se reporta à Diretoria da Companhia e tem por objetivo assessorá-la no exercício de suas atribuições relativas à supervisão do gerenciamento de riscos corporativos, observada a legislação e regulamentação aplicável.
- O Comitê de Riscos é composto por no mínimo 3 membros, eleitos pela Diretoria, com prazo de mandato indeterminado. O Comitê de Riscos atualmente é composto por três membros: dois membros independentes (um deles atuando como coordenador) e pela CEO da Nu Pagamentos. Os membros possuem comprovada experiência em gerenciamento de riscos e atendem os respectivos requerimentos regulatórios para exercício de sua função. Suas atribuições e competências estão estabelecidas em seu regimento interno.
- O Comitê de Riscos atua supervisionando as atividades de gerenciamento de riscos e submetendo recomendações à Diretoria sobre:
 - a) políticas e estratégias para gerenciamento de riscos e de capital, programa de teste de estresse, políticas de gestão de continuidade de negócios, plano de contingência de liquidez, plano de capital, plano de contingência de capital, política de divulgação de informação e política de classificação das operações na carteira de negociação;
 - b) avaliação dos níveis de apetite estabelecidos na RAS, supervisionando seu cumprimento;
 - c) avaliação do grau de aderência dos processos de gestão de riscos e atuação da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas estabelecidas;

- d) avaliação da exposição aos riscos da Companhia, bem como as eventuais deficiências de controles internos identificadas e recomendar à Diretoria planos de ação, aceitação ou transferência de riscos e
- e) demais temas seguindo seu regimento interno.

Diretor de Riscos (CRO - Chief Risk Officer)

- Responsável pelo gerenciamento contínuo e integrado de riscos do Nubank;
- Não pode desempenhar funções relativas às áreas de negócios e à administração de recursos de terceiros;
- Responsável por garantir uma segunda linha independente no monitoramento e controle integrado de riscos da Companhia, assegurando a eficácia e efetividade dos procedimentos e modelos adotados na gestão de riscos executado pelas equipes da primeira linha;
- Coordenar e estabelecer, em conjunto com a Diretoria e seus órgãos de governança, o apetite por riscos da Organização, assegurando a documentação do seu resultado na RAS; e
- Aprovar e revisar, em conjunto com a Diretoria e seus órgãos de governança, as políticas e estratégias para o monitoramento e controle de riscos da Organização.

Governança de Comitês e Fóruns Técnicos

Outro elemento importante da estrutura de gerenciamento de risco do Nubank é a estrutura de comitês e fóruns técnicos. Esses órgãos de governança foram projetados e implementados para acompanhar e assessorar a Diretoria sobre aspectos associados à administração e controle da Organização.

Comitê de Auditoria: suas principais atribuições são avaliar o desempenho e o andamento dos trabalhos da Auditoria Interna, da auditoria independente, bem como dos respectivos relatórios relacionados aos sistemas de controle interno, para seguir as recomendações feitas pelos auditores internos e independentes à administração, bem como avaliar e opinar sobre as demonstrações financeiras. É composto por três a sete membros, com sua maioria sendo independentes. Reúne-se no mínimo trimestralmente, e suas decisões são formalizadas em atas.

Fóruns Técnicos de Riscos: reuniões regulares estabelecidas no nível da gestão para discutir e propor recomendações ao Comitê de Riscos, quando aplicável. Cada um dos tópicos abaixo são discutidos com a participação de times de riscos e executivos de áreas associadas em diferentes fóruns: risco de crédito, contabilidade e impostos, risco operacional e controles internos, gerenciamento de ativos e passivos ("ALM"; incluindo capital, risco de mercado e liquidez), riscos de tecnologia da informação ("TI"), proteção de dados, compliance, conduta, prevenção à fraudes, combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo ("AML/FT"), novos produtos, provisões de crédito, testes de estresse e risco social, ambiental e climático. Seus escopos, composições e periodicidades de reuniões estão previstos em seus respectivos Regimentos Internos.

Gerenciamento dos Riscos

Os riscos que o Nubank monitora ativamente incluem crédito e risco de contraparte, mercado, taxa de juros na carteira bancária (IRRBB), liquidez, operacional, tecnologia da informação, segurança da informação (cibernético), risco de modelo, risco país e risco de transferência, compliance (risco de conformidade), reputacional, capital e o risco social, ambiental e climático. O gerenciamento desses riscos é realizado de acordo com o modelo de três linhas, considerando políticas e procedimentos em vigor, bem como os limites estabelecidos na RAS, quando aplicável.

Cada um dos riscos descritos a seguir possui metodologias, sistemas e processos próprios para sua identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação.

Nos casos dos riscos financeiros, como risco de crédito, de liquidez, mercado e IRRBB, a mensuração é realizada com base em modelos quantitativos e, em determinados casos, cenários prospectivos em relação às principais variáveis envolvidas, respeitando-se os requisitos regulatórios aplicáveis e as melhores práticas de mercado. Riscos não financeiros, como risco operacional e riscos tecnológicos, são mensurados mediante critérios de impacto (risco inerente), considerando potenciais perdas financeiras, danos à reputação, percepção dos clientes e obrigações legais / regulatórias, assim como avaliados em relação à efetividade da respectiva estrutura de controles internos.

O processo de reporte de riscos à Diretoria é realizado por meio da estrutura de governança de fóruns técnicos e Comitê de Riscos. Os resultados das avaliações de riscos são apresentados nos respectivos fóruns técnicos, e apresentados ao Comitê de Riscos, quando aplicável. As recomendações de melhoria resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados. As métricas de monitoramento dos riscos priorizados na RAS são apresentadas e discutidas no Comitê de Riscos incluindo, mas não se limitando a, medidas de monitoramento de riscos financeiros e não financeiros e de capital, sempre que aplicável.

Programa de Teste de Estresse

O programa de testes de estresse integrado considera choques nos principais produtos do Nubank, tais como cartões de crédito, empréstimos pessoais e instrumentos de captação, além dos seus respectivos subprodutos. São considerados cenários em que o estresse é aplicado isoladamente, em diferentes níveis de intensidade e probabilidade, e também cenários em que várias disciplinas de risco interagem, de forma integrada. Ações gerenciais são consideradas para aumentar a resiliência da empresa e preservar seus indicadores de capital e liquidez.

Os cenários propostos são apresentados ao Fórum Técnico de Teste de Estresse e ao Comitê de Riscos e aprovados pela Diretoria. São discutidos os cenários a serem abordados, duração e severidade e plausibilidade de cada choque, assim como as formas pelas quais serão modelados e o nível de detalhamento necessário. Após o trabalho de modelagem e execução dos testes, os resultados são submetidos aos comitês e fóruns técnicos apropriados, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Nubank. São discutidas e aprovadas as ações propostas que visam garantir a resiliência da

Organização. O Programa de Testes de Estresse é atualizado anualmente e define quais testes o time deverá realizar nos próximos 12 meses.

Com base nos resultados das atividades de mensuração e avaliação dos riscos, é verificada a aderência da exposição residual em relação ao apetite a riscos do Nubank. Ações necessárias para mitigação dos riscos são apresentadas e discutidas considerando a estrutura interna de governança de Comitês e Fóruns Técnicos, os quais também são os canais responsáveis pelas recomendações à Diretoria-e acompanhamento da implementação de planos de ação.

Disseminação da Cultura de Riscos

O Nubank continuamente promove a disseminação da cultura de riscos aos seus colaboradores e a terceiros considerados relevantes. São utilizados instrumentos como treinamento presencial e on-line e palestras sobre temas específicos relacionados a riscos e compliance. Os novos colaboradores também participam de apresentações sobre esses temas durante o seu processo de treinamento inicial ("onboarding").

O programa de treinamento e comunicação tem por objetivo assegurar que os profissionais atuem com imparcialidade e que conheçam e tenham acesso a informações mais relevantes sobre políticas, códigos e práticas associadas aos temas de gerenciamento de riscos e compliance. Os treinamentos são aplicados de forma recorrente, com o objetivo de permitir a reciclagem necessária.

Em relação ao gerenciamento de riscos, são abordados temas como a RAS, risco operacional, controles internos, risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito e riscos de tecnologia, incluindo cibernéticos. Em Compliance, destacam-se os tópicos relacionados ao código de ética e conduta, prevenção à lavagem de dinheiro, aderência regulatória e canal de denúncias. A avaliação prévia de riscos relacionados a novos produtos e serviços, assim como em modificações relevantes em produtos ou serviços existentes também é um tema recorrente na comunicação aos colaboradores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

O Nubank implementou uma estrutura de gerenciamento de capital com o objetivo de suportar o crescimento acelerado dos negócios e de manter um nível de capital superior aos requisitos mínimos regulatórios, visando a solidez inclusive em possíveis cenários de estresse.

O objetivo do gerenciamento de capital é estimar os requisitos futuros de capital regulatório com base nas projeções de crescimento do Nubank, exposição a riscos, movimentos de mercado e outras informações relevantes. Além disso, a estrutura de gerenciamento de capital é responsável por identificar as fontes de capital, elaborar e enviar o plano de capital para aprovação e monitorar o nível atual dos índices de capital regulatório.

No nível executivo, o Fórum Técnico de ALM é responsável por aprovar as metodologias de avaliação de risco e cálculo de capital, além de revisar, monitorar e recomendar planos de ação relacionados ao capital para o Comitê de Riscos.

A estrutura de gerenciamento de capital considera os requisitos regulatórios específicos aplicáveis a empresas do Nubank, em especial ao conglomerado prudencial liderado pela Nu Pagamentos S.A - Instituição de Pagamento, de forma a manter uma capitalização sólida, adequada aos requisitos regulatórios, impactos derivados de cenários de estresse e ao apetite de riscos estabelecido. Desta forma são considerados os requisitos associados aos índices de adequação de capital ("CAR"), nível 1 ("T1") e de capital principal ("CET1") aplicáveis ao conglomerado prudencial, em conformidade com a Resolução BCB nº 200/22.

CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

O risco de crédito é entendido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito.

O Nubank conta com uma estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras, verificando continuamente sua aderência às políticas e estrutura de limites aprovados. Também são avaliados os possíveis impactos decorrentes de mudanças no ambiente econômico, a fim de garantir que a carteira de crédito seja resiliente a crises econômicas.

As unidades de negócios, por sua vez, também utilizam modelos estatísticos desenhados com propósito de mensurar o risco de crédito dos tomadores como suporte no processo de tomada de decisão das políticas. As decisões relacionadas a crédito são submetidas para aprovação por *credit officers* das unidades de negócio e possuem documentação e plano de monitoramento, podendo ser avaliadas pela equipe de gestão do risco de crédito a depender do seu impacto no negócio.

O escopo de gerenciamento do risco de crédito considera a metodologia apresentada na figura e no descritivo abaixo.



O gerenciamento do risco de crédito contempla todo o ciclo de crédito, desde antes da concessão, passando pelo monitoramento e chegando até a cobrança e recuperação. A metodologia utilizada contempla, primeiramente, a **identificação das fontes de risco de crédito**.

Após a **identificação** dos riscos de crédito e, de acordo com os limites e condições estabelecidas na RAS, é determinada a **estrutura de limites** para gerenciamento do risco de crédito através da definição de indicadores e bandas de valores esperados para os mesmos, respeitando as particularidades de cada produto. Os limites são atribuídos focando em manter a operação de crédito do Grupo dentro de níveis considerados seguros para atuação das áreas de negócio e são monitorados mensalmente nos Comitês de Risco e Fórum Técnico de Risco de Crédito.

A **mensuração da exposição** ao risco de crédito é realizada mediante procedimentos e modelos, garantindo conformidade com requerimentos regulatórios. Estão incluídos nessa etapa: desenvolvimento de modelos para estimação das perdas esperadas / provisões, capital regulatório e testes de estresse.

Após a identificação, estrutura de limites e mensuração da exposição, são estabelecidos processos e instrumentos para **monitorar e controlar** o risco de crédito inerente aos produtos, às concentrações de carteira e aos impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico. É realizado um acompanhamento contínuo das exposições de forma a garantir a conformidade das operações com a estrutura de limites estabelecida.

Os resultados da identificação de riscos na definição de novos produtos, processos e atividades, dos monitoramentos e controles dos limites estabelecidos e da mensuração da exposição são devidamente **reportados** às áreas envolvidas, Diretoria e nos Comitês de Risco e/ou de Risco de Crédito, com ocorrência mensal.

Os modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito são submetidos aos processos de gestão de risco de modelos, incluindo rituais de aprovação técnica e avaliações independentes conduzidas pela equipe de gestão de risco de modelos. Esses processos visam a garantir a qualidade das soluções técnicas e a mensuração acurada dos riscos quantificados.

As **políticas e estratégias** que norteiam o gerenciamento do risco de crédito incluem a RAS, e são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito é submetida aos processos de auditoria interna considerando a abordagem baseada em risco pré-estabelecida pela área.

CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito

O Conglomerado Nu utiliza instrumentos mitigadores com o objetivo de reduzir a perda esperada em caso de inadimplência em suas operações de crédito. As políticas que governam o uso desses instrumentos asseguram que todas as garantias sejam eficazes, exequíveis e avaliadas de forma prudencial para constar como elementos de mitigação do risco. A estratégia de mitigação está concentrada na utilização de garantias financeiras, que são constituídas a partir de investimentos ou saldos mantidos pelos próprios clientes na instituição.

As principais modalidades de colaterais aceitas e os processos de gerenciamento são descritos a seguir:

Garantias Financeiras baseadas em Investimentos: Os clientes alocam recursos em produtos de investimento para servirem como garantia de operações de crédito, como empréstimos pessoais e cartão de crédito. Os principais ativos aceitos como colateral são Certificados de Depósito Bancário (CDB), títulos do Tesouro Direto e depósitos a prazo com certificados (RDB) cujo valor fica retido para o propósito da garantia. A utilização dessas garantias permite que o cliente obtenha acesso a crédito em forma de empréstimos ou limite adicional no cartão de crédito, mantendo seus investimentos. Em caso de atraso, os valores investidos podem ser utilizados para abatimento total ou parcial da dívida, em conformidade com as políticas de crédito aplicáveis.

Garantia Financeira vinculada ao Saldo do FGTS: Outro importante instrumento mitigador é o saldo disponível para saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Esta garantia é utilizada exclusivamente para colateralizar as operações de antecipação do saque aniversário do FGTS. Nesse modelo, o saldo correspondente às parcelas futuras do saque-aniversário do cliente fica bloqueado junto à Caixa Econômica Federal (CEF) como garantia. O fluxo de pagamento ocorre diretamente da CEF para a instituição nas datas anuais de liberação, amortizando o saldo devedor sem a necessidade de intervenção do cliente, o que reduz significativamente o risco de crédito da operação.

Processo de Gerenciamento na Mitigação do Risco de Crédito

A avaliação e gerenciamento dos colaterais são definidos por políticas de crédito internas. O Nubank realiza o monitoramento contínuo do valor presente das garantias para assegurar a adequação da cobertura de acordo com as condições atuais das garantias. Para os investimentos de renda fixa, como CDB e Tesouro Direto, o valor de realização é ajustado para refletir as condições de uma eventual liquidação antecipada desses ativos, considerando a volatilidade de mercado.

Concentração

A estratégia de mitigação de risco de crédito da instituição não apresenta significativa concentração no uso de garantias financeiras para mitigação de perdas de crédito. Por tipo de provedor, as garantias são majoritariamente providas pelos próprios clientes tomadores de crédito ou pelos valores individuais do FGTS. A partir dessas estratégias, reduz-se a exposição a riscos de concentração em determinadas classes de instrumentos mitigadores.

CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)

O Nubank mantém controle sobre a exposição, qualidade e concentração do risco de crédito de suas contrapartes. O risco de crédito de contraparte é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, dos termos acordados e/ou das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros, como derivativos e compromissadas. Os limites internos são estabelecidos com base no perfil de risco de crédito das contrapartes, além de estimativas sobre a potencial exposição, sendo monitorados periodicamente para assegurar que a exposição permaneça em níveis aceitáveis pela administração.

O Nubank possui regras bem definidas para o cálculo da exposição gerencial, utilizando para a métricas de Exposição Corrente (CE) e Exposição Potencial Futura (PFE) para a mensuração e monitoramento das exposições. Os modelos desenvolvidos são utilizados tanto para a governança de consumo de limites e gestão das contrapartes. Além disso, segue rigorosamente as regras regulatórias para o cálculo da exposição regulatória a este risco para a alocação de capital.

A mitigação do risco inicia-se na seleção rigorosa das contrapartes, limitando-se a instituições financeiras de primeira linha com elevada qualidade creditícia. O gerenciamento é reforçado por meio de acordos de compensação (netting), ajustes diários de margem e utilização de instrumentos padrão de mercado (como ISDA e CSA), além do uso de colaterais de alta liquidez em operações compromissadas.

No momento o Nubank não possui impacto no montante de colaterais a serem empenhados no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito.

SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização

A atividade de securitização na Instituição tem por objetivo predominante a alocação de caixa através do investimento em veículos emissores de terceiros. Nessas operações, o Grupo atua na aquisição de cotas em

diversas classes de priorização (sênior, mezanino ou subordinada). O processo de decisão de investimento percorre rigorosa análise de rentabilidade, das características do instrumento financeiro e dos ativos subjacentes, além do monitoramento do nível de risco da carteira, mecanismos de subordinação e risco de crédito. As exposições são revisadas conforme a governança da companhia, envolvendo níveis seniores de aprovação de acordo com a complexidade do ativo.

A Instituição não atua como contraparte patrocinadora de nenhuma sociedade de propósito específico com o objetivo de atuar no mercado de securitização, e não administra entidades que adquirem títulos de securitização de sua própria emissão/originação.

Não existem restrições para que a Instituição estruture operações de securitização (ou venda de carteiras) de seu próprio portfólio para fins de gestão de capital, índice de Basileia ou liquidez. Atualmente, tais operações de originação são estruturadas de forma a garantir a venda em sua completude, com a transferência total de riscos e benefícios, sem a manutenção de retenção substancial de riscos pela Instituição. Ressalta-se que a Instituição não atua como estruturadora, coordenadora ou distribuidora de operações de securitização para clientes externos ou terceiros.

Em relação à contabilização, os ativos representativos de securitização de terceiros são registrados assim como os demais ativos de titularidade do banco, em conformidade com as normas contábeis brasileiras vigentes.

Em 2025, a Instituição não realizou a venda de ativos de crédito material com retenção substancial de riscos e não cedeu exposições a terceiros que tenham demandado suporte financeiro, sido honradas, recompradas ou baixadas para prejuízo visando suporte implícito aos investidores.

LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de não sermos capazes de honrar eficientemente nossas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar nossas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; a possibilidade de não conseguirmos negociar a preço de mercado uma posição, devido ao tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado, e a possibilidade de a instituição emissora de moeda eletrônica não ser capaz de convertê-la em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário

O Nubank conta com uma estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar

e reportar o risco de liquidez por meio de cálculo e reporte diários das métricas utilizadas para as áreas de negócio, assim como pela avaliação dos limites estabelecidos para estas métricas, em linha com a RAS. As métricas são reportadas também ao Fórum Técnico de ALM e ao Comitê de Riscos.

O *funding* é composto majoritariamente por recibos de depósito bancário (RDBs) com liquidez diária dos nossos clientes de varejo. O acompanhamento da estratégia de funding, incluindo a diversificação das captações, é realizado no Fórum Técnico de ALM. As políticas e estratégias que norteiam o gerenciamento do risco de liquidez incluem a RAS, e são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez utiliza os dados de fluxos de caixa futuros, aplicando sobre estes fluxos de caixa um cenário de estresse severo, de forma a garantir que o volume de ativos líquidos de alta qualidade que possuímos é suficiente para garantir nossa resiliência mesmo em situações bastante adversas. O LCR (*Liquidity Coverage Ratio*) é utilizado como indicador de liquidez de curto prazo e métricas internas (que capturam descasamentos temporais de liquidez entre ativos e passivos) como indicadores de longo prazo. O risco de liquidez é mitigado utilizando-se métricas e parâmetros bastante conservadores, assim como limites mínimos adequados.

O Nubank possui um Plano de Contingência de Liquidez (PCL), que estabelece responsabilidades, procedimentos e planos de ação para enfrentar situações de crise de liquidez. Os planos de ação descritos no PCL visam o restabelecimento dos indicadores de liquidez para níveis adequados. O PCL é revisto e aprovado pela Diretoria, no mínimo anualmente.

MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Grupo, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

As áreas de negócio, na primeira linha de defesa, são as responsáveis pela gestão dos riscos de mercado. Existe uma estrutura de controle de risco de mercado independente das unidades de negócio (segunda linha de defesa), que é responsável pelos processos e ferramentas de medição, monitoramento, controle e reporte, verificando continuamente a aderência às políticas e limites aprovados.

Todas as operações são classificadas em duas carteiras, de acordo com as resoluções BCB nº 265/22 e BCB nº 111/21: a carteira bancária e a carteira de negociação. Possuímos política específica com os critérios de classificação dos instrumentos financeiros nestas duas carteiras. A carteira de negociação é

formada pelos instrumentos mantidos com finalidade de negociação. A carteira bancária é formada pelos demais instrumentos financeiros.

A gestão do risco de mercado é baseada em métricas que são reportadas ao Fórum Técnico de ALM e ao Comitê de Riscos.

As áreas de negócio são autorizadas a usar instrumentos financeiros, conforme descrito nas políticas internas do Grupo para proteção (“*hedge*”) de risco de mercado, em função das métricas e limites estabelecidos e aprovados conforme a RAS. Adicionalmente a contabilidade de *hedge* pode ou não ser utilizada, de acordo com nossas Políticas Internas, para alinhar o tratamento ao contábil à prática gerencial.

A gestão do risco de mercado é baseada nas seguintes métricas:

- *Value at Risk* (VaR): perda máxima do valor de mercado das nossas carteiras, para um determinado período de manutenção e um nível de confiança.
- Exposições cambiais: de todas as posições financeiras que trazem risco cambial e despesas operacionais em outras moedas.

IRRBB: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e resultados, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

As áreas de negócio, na primeira linha de defesa, são as responsáveis pela gestão do IRRBB. Existe uma estrutura de controle de IRRBB, independente das unidades de negócio (segunda linha de defesa), que é responsável pelos processos e ferramentas de medição, monitoramento, controle e reporte do IRRBB, verificando continuamente a aderência às políticas e limites aprovados.

Os modelos de IRRBB são submetidos a um robusto processo de validação independente, conduzido pela segunda linha de defesa, cujos resultados são reportados aos Fóruns Técnicos competentes. Adicionalmente, tanto o processo de validação quanto o monitoramento das métricas de IRRBB são periodicamente auditados pela terceira linha de defesa (Auditoria Interna), assegurando a conformidade e a eficácia do arcabouço de controle.

A gestão do IRRBB é baseada em métricas que são reportadas ao Fórum Técnico de ALM e ao Comitê de Riscos.

As áreas de negócio são autorizadas a usar instrumentos financeiros, conforme descrito nas políticas internas do Grupo para proteção (“*hedge*”) das exposições ao IRRBB, em função das métricas e limites estabelecidos e aprovados conforme a RAS. Adicionalmente a contabilidade de *hedge* pode ou não ser utilizada, de acordo com nossas Políticas Internas, para alinhar o tratamento ao contábil à prática gerencial.

A gestão do IRRBB é baseada nas seguintes métricas:

- ΔEVE : a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros; métrica é calculada de acordo com a Circular nº. 3.876/18.
- ΔNII : diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros; métrica é calculada de acordo com a Circular nº 3.876/18.

Os choques utilizados no cálculo do ΔEVE e do ΔNII são aqueles definidos na Circular nº 3.876/18. No cálculo do ΔEVE são incluídas as margens comerciais e outros componentes de spread nas taxas de desconto utilizadas. Para determinação das taxas de pré-pagamento de operações de crédito e das taxas de resgate antecipado de depósitos a prazo, utilizamos os dados históricos reais das ocorrências de pré-pagamento e resgate antecipado.

Os depósitos com liquidez diária dos nossos clientes são similares a depósitos sem vencimento contratual definido, de acordo com o art. 16 da Circular nº 3.876/18. A parte remunerada é naturalmente alocada no vértice de um dia para fins de ΔNII e não impacta o Delta EVE, por ser remunerada a 100% do CDI. A parte não remunerada é alocada em vértices de acordo com modelagem interna de forma a respeitar os limites impostos pela norma. Atualmente, o prazo médio desta parcela é de aproximadamente 250 dias úteis.

Todas as métricas descritas são calculadas e reportadas diariamente, utilizando-se sistemas de processamento desenvolvidos internamente.

LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial

As divergências entre os valores das demonstrações contábeis publicadas e as exposições sujeitas ao tratamento prudencial derivam de dois fatores principais: o escopo de consolidação das empresas e o padrão contábil aplicado.

Enquanto este documento baseia-se no Conglomerado Prudencial Nubank (composto pela Nu Pagamentos S.A. e suas controladas diretas e indiretas de natureza financeira), as demonstrações contábeis publicadas referem-se ao Consolidado Nu Pagamentos, que consolida também entidades não financeiras. Adicionalmente, os dados aqui apresentados seguem o padrão BRGAAP, ao passo que as demonstrações publicadas adotam o padrão internacional IFRS.

Os requisitos relativos ao processo de apreçamento de instrumentos financeiros estabelecidos pela Resolução nº 4.277/2013 não se aplicam ao conglomerado prudencial da Nu Pagamentos.

REMA: Política de remuneração

Comitê de Remuneração: O Comitê de Remuneração da Companhia, que atua como único para seu Conglomerado, é atualmente composto por três membros, nomeados e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos, permitindo a recondução por até quatro vezes consecutivas, e observando as disposições da regulamentação aplicável quanto à sua composição. Um dos membros do Comitê de Remuneração será designado coordenador. Necessariamente, e em consonância com a legislação aplicável, pelo menos um dos membros do Comitê não será administrador.

Nome	Posição	Eleição (* última eleição em conformidade com atual período de mandato da Companhia)
Suzana Kubric	membro e coordenadora	30 de abril de 2025 (*)
Alan Williams	membro	30 de abril de 2025 (*)
Livia Chanes	membro	30 de abril de 2025 (*)

Política de Remuneração de Administradores

Estrutura da Política: Características, objetivos, escopo, alterações anuais e como é garantida a independência da remuneração das áreas de Gestão de Risco, Controles Internos e Compliance.

Nossa Política foi desenhada para atrair e reter os profissionais mais talentosos do mercado, a fim de realizar a estratégia de longo prazo do Nubank, sendo compatível com a política de risco operacional e controles internos e formulada de modo a não incentivar comportamentos que aumentem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo praticadas pelo nosso Conglomerado Prudencial BR. A Política não passou por mudanças significativas que impactassem a remuneração durante o período.

Contratamos consultorias especializadas para nos fornecer dados do mercado brasileiro, com base em práticas de nossos principais competidores, para nossas análises e tomadas de decisões estratégicas sobre remuneração.

Nossos programas de remuneração são construídos para reconhecer os Administradores por meio do desempenho, de forma a alinhar os interesses do negócio e dos acionistas. Temos dois ciclos de remuneração ao longo do ano (ciclo de meio de ano e ciclo de final de ano); esses ciclos buscam reconhecer os melhores desempenhos por meio de mérito, promoção e novas concessões de *equity*. Os resultados de remuneração estão vinculados ao desempenho individual, posicionamento de mercado e estratégia de remuneração do Grupo Nu. Observamos que os critérios de desempenho e objetivos para as áreas de risco, controles internos, auditoria interna e compliance estão diretamente ligados aos seus próprios resultados, sendo independentes do desempenho das áreas de negócio para não gerar conflitos.

Influência do Risco: Como os riscos atuais e futuros são medidos e impactam a definição da remuneração.

No Nubank, a definição da remuneração fixa e variável incorpora de forma estruturada a avaliação de riscos correntes e futuros, buscando evitar a assunção de riscos excessivos em relação ao apetite de risco aprovado. A política considera, entre outros, os principais riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, de modelo, legal e de conformidade, socioambiental e reputacional. O Comitê de Remuneração deve apoiar a administração em assegurar que a estrutura remuneratória adotada não incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente e definido nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo Grupo.

Correlação Desempenho-Remuneração: Métricas utilizadas, a interação entre desempenho e remuneração, e ações tomadas para baixo desempenho.

A principal forma de remuneração variável são as Unidades de Ações Restritas (RSUs). O valor da concessão de RSU recebido após o final do ano de desempenho é o produto tanto do valor-alvo baseado no mercado para o cargo quanto do multiplicador de desempenho, que por sua vez é em função do desempenho individual/da unidade de negócio e do desempenho corporativo. O valor-alvo de remuneração para cada função é estabelecido com base nos níveis de remuneração de pares para posições similares no mercado, sendo revisado e ajustado anualmente, se necessário, para garantir que nossa remuneração permaneça competitiva.

Desempenho Individual/do Negócio: Após o final de cada ano de desempenho, os administradores são avaliados com base no cumprimento de metas alinhadas com seus gestores e na adesão aos comportamentos da Companhia, os quais são avaliados de acordo com nossa metodologia de avaliação de desempenho. As classificações de desempenho dos administradores consideram a contribuição do indivíduo para as métricas da unidade de negócio ("BU").

Desempenho Corporativo: O desempenho corporativo geral determina os multiplicadores associados a cada classificação de desempenho que um administrador pode receber. Por exemplo, se o desempenho corporativo geral for considerado forte para o ano, normalmente um multiplicador de 1,0x é atribuído para a classificação de desempenho "Atende às Expectativas", o que significa que os Administradores que recebem essa classificação normalmente receberiam uma concessão de RSU de 1,0x seu valor-alvo baseado no mercado. No entanto, se o desempenho corporativo geral for determinado como fraco, o multiplicador para a classificação "Atende às Expectativas" pode ser reduzido para abaixo de 1,0x.

Uma revisão do desempenho corporativo é conduzida após cada ano com base nos resultados gerais do Grupo, o qual é impactado pelo desempenho do Conglomerado Prudencial BR, incluindo, mas não se limitando aos seguintes fatores quantitativos e qualitativos em critérios financeiros, operacionais, riscos entre outros.

Desempenho de Longo Prazo: Política de diferimento da remuneração variável e os critérios para ajuste (*clawback*) antes do pagamento.

A remuneração variável na forma de RSUs está sujeita a diferimento por um período de carência de 3 a 5 anos. Como o valor do prêmio está atrelado ao preço da ação do Nu Holdings, qualquer diminuição material nos resultados, incluindo a lucratividade, deve resultar em uma diminuição no preço da ação na medida em que o mercado considere relevante - e, portanto, uma diminuição no valor futuro diferido. No caso de uma queda significativa no lucro, o Comitê de Remuneração determinará se a queda no preço da ação baseada no mercado é considerada suficiente ou se cancelamentos parciais ou totais de RSUs não adquiridas são necessários.

Remuneração Variável: Formas adotadas (dinheiro, ações, etc.) e os fatores que determinam sua composição.

A remuneração variável dos administradores é composta, em sua quase totalidade, por RSUs, que são diferidas ao longo do período de carência de 3 a 5 anos. O valor exato concedido é determinado em função do desempenho e do valor-alvo baseado no mercado para o cargo.

Os administradores também são elegíveis ao recebimento de valores correspondentes ao plano de participação nos resultados (PPR) da Companhia.

ORA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco operacional

Em conformidade com a Resolução BCB 265/2023 e/ou as que vierem a substituí-las, o risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Neste contexto, também deve ser considerado o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Para o modelo de negócios do Nubank, o risco operacional é considerado um dos mais relevantes e, por isso, conforme a declaração de apetite a risco da instituição, ele é classificado com apetite “Avoid”, portanto, deve ser ativamente evitado. A instituição busca investir substancialmente na mitigação de riscos, visando a uma exposição mínima ao risco residual – aquele que não pode ser eliminado a um custo razoável. O objetivo é alcançar um equilíbrio ótimo entre o grau de mitigação de risco e o esforço empreendido.

A estrutura de Riscos Operacionais e Controles Internos atua como Segunda Linha de Defesa, mantendo independência das unidades de negócios e suporte. Sua missão é garantir a robustez do ambiente de controle através do monitoramento, avaliação do desenho e teste de eficácia dos controles internos. Essa estrutura também é responsável pela coordenação dos esforços relacionados à preparação e teste periódico do plano de continuidade de negócios e realiza avaliação de riscos em lançamentos de novos produtos e mudanças significativas nos processos existentes.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, a instituição promove a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e reporte de perdas operacionais e eventos de risco operacional pelas áreas de negócios e de suporte, além de disseminar a cultura de controle para os colaboradores da Instituição. A Primeira Linha (Negócios e Suporte) é responsável direta pela identificação e monitoramento dos riscos, enquanto a captura e o reporte de dados de perdas operacionais contam com a atuação da área de Finanças, assegurando a integridade e o alinhamento com as demonstrações financeiras. A Área de Riscos (Segunda Linha) consolida essa base de dados, garantindo a conformidade normativa.

Complementando a estrutura, a Auditoria Interna atua como Terceira Linha, de forma independente e segregada.

Os principais resultados das avaliações de risco, que incluem a análise de incidentes extraordinários e critérios de periodicidade, são apresentados no Fórum Técnico de Riscos Não Financeiros e no Comitê de Riscos, quando aplicável. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

Outros riscos relevantes

Risco de Tecnologia da Informação ("TI")

Risco de TI é definido como os efeitos indesejáveis decorrentes de uma série de ameaças possíveis aos serviços ou infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo segurança cibernética (ocorrência de incidentes de segurança da informação), gerenciamento de incidentes (processo ineficaz de gerenciamento de incidentes / problemas, impacto sobre níveis de serviço, custos e insatisfação do cliente), gerenciamento de dados (falta de conformidade com as leis de privacidade de dados ou lacunas na governança de gerenciamento de dados), entre outros.

Como o Nubank opera em um ambiente desafiador em termos de ameaças cibernéticas, investimos continuamente em controles e tecnologias para nos defendermos contra elas. Os riscos de Tecnologia da Informação, incluindo o risco cibernético, é uma área prioritária para a Organização, e por isso temos uma estrutura de Riscos de TI dedicada, que faz parte da segunda linha de defesa. Essa equipe é independente das áreas relacionadas à TI, incluindo Engenharia, Operações de TI e Segurança da Informação.

A área de Riscos de TI é responsável por identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar os riscos de Tecnologia da Informação e Segurança Cibernética em relação aos níveis de RAS aprovados pela Diretoria. Avaliamos continuamente nossa exposição ao risco de ameaças e seus impactos potenciais sobre nossos negócios e clientes. Além disso, desempenhamos um papel fundamental no suporte às áreas de negócio, de primeira linha, auxiliando-as a gerenciar seus próprios riscos de tecnologia e de segurança cibernética, promovendo a adoção de boas práticas e fortalecendo a cultura de risco. Continuamos aprimorando nossos recursos e controles de TI e segurança cibernética, considerando também que as pessoas são um componente essencial de nossa estratégia de segurança, garantindo que nossos funcionários e colaboradores terceirizados estejam cientes das medidas de prevenção e também saibam relatar incidentes.

Os resultados das avaliações de riscos e controles de TI são discutidos regularmente no Fórum Técnico de Riscos Não Financeiros e apresentados ao Comitê de Riscos, quando aplicável. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades definidos.

Risco de Conformidade (*Compliance*)

Como o Nubank opera em um ambiente altamente regulado, um robusto Programa de Compliance foi estabelecido atuando como segunda linha de defesa. O Nubank possui equipes responsáveis com recursos dedicados ao Programa de Integridade, Compliance Regulatório, e também ao Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo.

O Programa de Integridade estabelece padrões mínimos de conduta para a organização, incluindo Código de Conduta, Política de Compliance, Treinamento e campanha de conscientização, além de canal independente de denúncias.

O programa de Compliance Regulatório está focado em supervisionar a adesão regulatória da organização. As principais atividades envolvem o acompanhamento regulatório e o gerenciamento da aderência regulatória, avaliação e suporte regulatório de novos produtos e funcionalidades, testes de compliance, coordenação do relacionamento com reguladores com relação às solicitações de informações e supervisões, monitoramentos regulatórios, reporte e governança ao Fórum de Compliance e ao Comitê de Risco dos principais riscos regulatórios. A política de Compliance do Nubank e o Relatório Anual de Compliance englobam os processos relacionados ao Programa de Integridade e ao Programa de Compliance Regulatório.

O Programa de PLD/CFT do Nubank estabelece diretrizes para prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo. O Programa é estruturado em três níveis - estratégico, tático, operacional e é composto por 7 pilares (nível estratégico): Avaliação Interna de Riscos; Políticas e Procedimentos; Comunicação e Treinamento; Conheça Seu Cliente (KYC); *Due Diligences* (KYE, KYS, KYP e KYB); MSAC - Monitoramento, Seleção, Análise e Comunicação (SAR); e Programa de Avaliação de Efetividade.

Risco Reputacional

O risco reputacional é a potencial percepção pública negativa do Nubank que pode afetar as suas relações com diferentes partes interessadas (clientes, colaboradores, investidores, reguladores, etc.) e levando a resultados adversos como perda de valor de mercado, fuga de depósitos, perda de confiança por parte dos reguladores relativamente à cooperação ou mesmo à diligência da empresa em cumprir a adesão à regulamentação e aos padrões éticos, a redução da rentabilidade, os litígios ou a queda do preço das ações, entre outros. O Nubank também entende que a materialização de outros riscos pode impactar negativamente a sua reputação, uma vez que estão intrinsecamente ligados. Eventos indesejáveis em diferentes dimensões de risco, como continuidade de negócios, segurança cibernética, ética e integridade, menções negativas em mídias sociais, entre outros, podem trazer danos à reputação.

O risco reputacional permeia, portanto, direta e indiretamente, diversas operações e processos da companhia, de modo que a governança para o tratamento deste risco é estruturada para garantir que os

riscos sejam identificados, avaliados e gerenciados por meio de processos dedicados, contando com times multidisciplinares atuando na gestão do risco de reputação.

Risco País e Risco de Transferência

O risco país é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a eventos relacionados a jurisdições estrangeiras, abrangendo o risco soberano, em casos de exposição assumida perante governos centrais externos, e o risco país indireto, quando eventos em jurisdições estrangeiras diversas daquela onde reside a contraparte impactam significativamente o devedor ou o emissor de instrumentos mitigadores. Complementarmente, o risco de transferência compreende a possibilidade de entraves na conversão cambial dos recursos necessários à liquidação de obrigações perante a instituição, especificamente nos casos em que tais recursos estejam localizados em jurisdição diversa daquela onde será realizada a respectiva liquidação.

Para ambos os casos, o Nubank possui uma governança e processos aderentes às melhores práticas de mercado e requerimentos regulatórios, o que garante que as exposições estejam alinhadas ao apetite a risco definido pela Diretoria, papéis e responsabilidades estejam claramente definidos para um gerenciamento de riscos minucioso e tempestivo, além da independência na revisão e supervisão desses riscos, através do modelo de 3 linhas de defesa e de uma estrutura de fóruns especializados.

Risco Social, Ambiental e Climático

O Nubank define o Risco SAC como a probabilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos de origem social, ambiental ou climática relacionados às atividades da instituição. Estes riscos são geridos de forma transversal, sendo integrados às modalidades tradicionais de risco (Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional) para assegurar a resiliência do modelo de negócio e a proteção do capital.

Para o Nubank, entende-se como: Riscos Sociais, que incluem questões relacionadas aos direitos humanos, trabalhistas, ambientais e financeiros de seus clientes; Riscos Ambientais, envolvendo degradação ambiental, exploração inadequada de recursos naturais e desastres ambientais; e Riscos Climáticos, que abrangem eventos extremos e a transição para uma economia de baixo carbono.

A estrutura de gerenciamento conta com uma área especializada e dedicada a riscos socioambientais e climáticos (2ª Linha de Defesa), responsável pelo desenvolvimento de metodologias e pelo monitoramento das exposições. A governança é exercida pelo Fórum Técnico de Riscos de Sustentabilidade que assessorar o Comitê de Riscos e a Diretoria na revisão de políticas, estratégias e nos limites de apetite por risco (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos SAC segue as diretrizes estabelecidas na Política de Responsabilidade social, ambiental e climática. Esse processo é aplicado seguindo os princípios de relevância e proporcionalidade, seguindo as etapas:

1. **Identificação e Triagem:** Aplicação da **Política de Exclusão** e avaliação do risco inerente utilizando a classificação setorial com base no CNAE.
2. **Avaliação e Rating:** Atribuição do Sustainability Risk Rating, que consolida análises de *due diligence* de contrapartes, parceiros e fornecedores, considerando o histórico de conformidade e práticas socioambientais e climáticas e o risco inerente ao setor.
3. **Mitigação:** Definição de planos de ação, limites de concentração ou cláusulas contratuais, específicos para casos considerados de muito alto risco e estratégicos.
4. **Monitoramento:** Acompanhamento contínuo da carteira de crédito, tesouraria e terceiros, com reporte periódico de indicadores de risco à alta administração.

O Risco SAC integra o programa anual de testes de estresse para avaliar a resiliência da carteira em cenários adversos. Esse processo garante a preparação e mitigação contra eventos extremos, com foco em mudanças climáticas.

Risco de Modelo

O risco de modelo é o conjunto de possíveis consequências adversas derivadas de decisões baseadas em resultados e relatórios incorretos do modelo, ou de seu uso inadequado. A gestão desse risco foca em mitigar falhas metodológicas, operacionais, de implementação e a perda de desempenho ao longo do tempo. O escopo da gestão abrange modelos que utilizam técnicas estatísticas, de aprendizado de máquina, econômicas ou matemáticas para processar dados em estimativas para tomada de decisões.

O emprego de modelos é um aspecto relevante nas operações do Nubank, contribuindo para decisões estratégicas em diversas áreas, como concessão de crédito, identificação de fraudes e cálculo de capital. A ampliação do uso de modelos reflete os benefícios que eles proporcionam para o aprimoramento da tomada de decisões. A evolução das técnicas de inteligência artificial generativa e sua crescente adoção tem expandido ainda mais o uso de modelos na instituição. Portanto, a gestão do risco de modelo é fundamental para identificar, analisar e mitigar os riscos inerentes à sua utilização.

O gerenciamento de risco de modelo no Nubank é estruturado de forma compatível com a complexidade do negócio e segue as diretrizes da Declaração de Appetite a Risco (RAS). A governança fundamenta-se no modelo de três linhas de defesa, sendo a primeira linha composta pelas unidades que desenvolvem ou utilizam modelos (representadas por proprietários, aprovadores técnicos e de negócio); a segunda linha liderada pela área de Risco de Modelos, com suporte de risco operacional e controles internos; e a terceira linha exercida pela Auditoria Interna, que avalia a eficácia de todo o framework.

A estratégia de mitigação baseia-se em três pilares principais. O primeiro, Identificação e Priorização, consiste na manutenção de um inventário global e na classificação dos modelos em níveis de risco (Tiers)

conforme sua materialidade, garantindo que os controles sejam proporcionais ao impacto. O segundo pilar, Gestão do Ciclo de Vida, estabelece procedimentos que abrangem desde o desenvolvimento e documentação técnica até o monitoramento contínuo de desempenho e o eventual desligamento do modelo. O terceiro pilar, Validação Independente, assegura que os modelos elegíveis passem por avaliações técnicas rigorosas de metodologia, dados, implantação, entre outros aspectos, que podem ocorrer antes ou durante seu uso, conferindo transparência, robustez e adequação ao propósito pretendido. Os resultados das validações são reportados em Fóruns Técnicos específicos (Crédito, ALM) e assuntos gerais de governança e gestão integrada de risco de modelo são tratados no Fórum Técnico de Risco de Modelo.